

**FACULDADE PRESIDENTE
ANTÔNIO CARLOS DE MARIANA**

**MANUAL DE
ORIENTAÇÃO PARA
ELABORAÇÃO DO
ARTIGO DE TCC DO
CURSO DE DIREITO**

Ms. Magna Campos

2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO MANUAL	4
1.1 Objetivos do manual.....	4
1.2 Público-alvo	4
1.3 Como utilizar este manual.....	4
1.4 Estrutura geral do artigo de TCC	5
1.4.1 Visão geral da estrutura	5
2. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	7
2.1. Capa	7
2.2 Folha de Rosto	7
2.3 Folha de autorização para Análise de Plágio	7
2.4 Declaração de autoria própria	7
2.5 Declaração de uso de inteligência artificial (generativa).....	8
3. ELEMENTOS TEXTUAIS	9
3.1 Resumo e palavras-chave.....	9
3.2 Introdução.....	10
3.3 Fundamentação teórica.....	12
Estrutura da fundamentação teórica	12
3.4 Parte empírica	15
3.5 Considerações finais	17
4. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	17
4.1 Referências	17
4.2 Apêndices	18
4.3 Anexos.....	18
5. NORMAS DE FORMATAÇÃO FUPAC-MARIANA	18
5.1 Formatação de elementos especiais	20
5.2 Hierarquia de títulos	20
6. CITAÇÕES CONFORME NORMAS ABNT	21
6.1 Tipos de Citação.....	21
6.2 Situações especiais.....	24
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (o essencial)	25
7.1 Elementos Essenciais	25
7.1.1 Livros	25
Um autor:	25
Dois autores:	25
Três autores:.....	25
Mais de três autores:	26
7.1.2 Capítulos de livros	26

7.1.3 Artigos de periódicos	26
7.1.4 Trabalhos Acadêmicos	26
7.1.5 Legislação	27
7.1.6 Jurisprudência	27
7.1.7 Documentos Eletrônicos	28
8. PREVENÇÃO DE PLÁGIO	28
8.1 Definição e tipos de plágio	28
9. FONTES CREDENCIADAS	30
10. FERRAMENTAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO	31

O rio corta a rocha não pela sua força, mas pela sua persistência.

James Watkins

Você dá conta, persista!
Magna Campos

INTRODUÇÃO AO MANUAL

Este Manual de Orientação constitui o documento oficial para elaboração de Artigos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Direito da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Mariana (FUPAC-Mariana). Sua função é fornecer orientações completas atualizadas e práticas, somadas ao Template Oficial do Artigo de TCC da FUPAC-Mariana, que juntos permitam aos estudantes produzir trabalhos acadêmicos, em conformidade com as normas institucionais e as diretrizes da ABNT - NBR 10520/2023 e 6023/2018 (atualizações)

1.1 Objetivos do manual

Este manual tem como objetivos específicos:

- Padronizar a estrutura e formatação dos artigos de TCC
- Orientar sobre o uso correto das normas ABNT para citações e referências adotadas em nossa faculdade
- Prevenir práticas de plágio através da educação e orientação adequada
- Estabelecer diretrizes para o uso ético e responsável de ferramentas de inteligência artificial (generativa)
- Fornecer exemplos práticos e modelos para situações específicas
- Facilitar o processo de elaboração através de orientações claras e objetivas

1.2 Público-alvo

Este manual destina-se a estudantes de graduação em Direito da FUPAC-Mariana que estejam desenvolvendo seus Trabalhos de Conclusão de Curso na modalidade artigo científico. Também serve como referência para orientadores, coorientadores e membros de bancas examinadoras.

1.3 Como utilizar este manual

O manual está organizado de forma progressiva, do básico ao avançado. Recomenda-se:

1. Leitura completa inicial para compreensão geral
2. Consulta específica durante o processo de elaboração
3. Verificação final usando os checklists fornecidos
4. Uso do índice remissivo para localização rápida de temas específicos

DICA IMPORTANTE:

Use este Manual para fazer um *checklist* de seu trabalho e corrigir ou adequar o que não estiver nas normas adotadas em nossa instituição.

1.4 Estrutura geral do artigo de TCC

O artigo científico de TCC da FUPAC-Mariana segue uma estrutura rigorosamente definida, baseada nas normas da ABNT NBR 6022/2018 e 14724/2024 **adaptadas** às especificidades institucionais. Esta estrutura garante a qualidade acadêmica, a uniformidade dos trabalhos e facilita a avaliação pelos membros das bancas.

1.4.1 Visão geral da estrutura

CATEGORIA	ELEMENTOS	OBRIGATÓRIO	PÁGINAS ESTIMADAS
PRÉ-TEXTUAIS	Capa oficial modelo no template	Sim	1
	Folha de Rosto	Sim	1
	Folha de Autorização para banca	Sim	1
	Declaração de Autoria	Sim	1
	Declaração de Uso de IA	Sim	1-2
Atenção	Sumário	Não usamos	0
TEXTUAIS	Resumo e palavras-chave (não adotamos resumo em língua estrangeira, portanto, sem abstract)	Sim	Apenas o espaço necessário abaixo do título e do Nome do autor (orientador e coorientador)

CATEGORIA	ELEMENTOS	OBRIGATÓRIO	PÁGINAS ESTIMADAS
Se empírico (um dos tipos)	Introdução	Sim	1-2
	Fundamentação Teórica (ou já começar pelo título da parte teórica)	Sim	O tamanho necessário para cumprir bem essa parte, normalmente entre 10 e 15 páginas.
	- Análise de julgados - Análise de jurisprudências - Análise de processos - Análise documental - Estudo de caso - Análise de dados	Conforme tipo	O tamanho necessário para cumprir bem essa parte, normalmente entre 5 e 12 páginas.
	Considerações Finais	Sim	1-3
PÓS-TEXTUAIS	Referências	Sim	1-2
	Apêndices	Se necessário	Variável
	Anexos	Se necessário	Variável

EXTENSÃO OBRIGATÓRIA

O artigo deverá ter **entre 18 e 30 páginas contadas da página textual (título e resumo) até as considerações finais.** Extensões além de 30 páginas necessitam autorização prévia do orientador.

2. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Os elementos pré-textuais precedem o texto principal e fornecem informações essenciais sobre o trabalho, sua autoria e características. Todos são obrigatórios e devem seguir o padrão institucional.

2.1. Capa

A capa é o primeiro elemento do trabalho e contém as informações essenciais de identificação. **A capa não é enumerada nem contada na paginação.**

Modelo da capa e formatação

Ver template oficial atualizado da FUPAC-Mariana

2.2 Folha de Rosto

A folha de rosto repete as informações da capa e acrescenta dados sobre a natureza do trabalho, orientação (coorientação, se houver).

Modelo da folha de rosto

Ver template oficial atualizado da FUPAC-Mariana

2.3 Folha de autorização para Análise de Plágio

Documento obrigatório que autoriza a verificação do trabalho em sistemas de detecção de plágio, demonstrando transparência e comprometimento com a integridade acadêmica.

Atenção: essa liberação realizada pelo(a) orientador(a) autoriza o trabalho a seguir para análise de plágio e, se for estiver tudo certo com os resultados da análise, o trabalho poderá seguir para a banca examinadora escalada pela coordenação do curso. Se não estiver, se for uma situação de liberação condicionada, o(a) orientando(a) deverá realizar as correções imediatas para sanar os problemas do texto e enviar, dentro do prazo do edital, o trabalho corrigido para o e-mail da secretaria, a fim de o TCC seguir para a banca.

Modelo da folha de autorização para Análise de Plágio

Ver template oficial atualizado da FUPAC-Mariana

2.4 Declaração de autoria própria

Declaração formal que assegura a originalidade do trabalho e o cumprimento das normas éticas de produção acadêmica relacionadas à autoria do trabalho.

Modelo da declaração de autoria

Ver template oficial atualizado da FUPAC-Mariana

2.5 Declaração de uso de inteligência artificial (generativa)

O avanço das ferramentas de inteligência artificial, especialmente generativas, trouxe novas possibilidades e desafios para a produção acadêmica. Este capítulo estabelece diretrizes para o uso responsável e transparente dessas tecnologias.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- **Transparência:** declarar sempre o uso de ferramentas de IA
- **Responsabilidade:** manter autoria integral sobre o conteúdo
- **Complementaridade:** IAG como apoio/complemento, não substituto do raciocínio
- **Verificação:** checar veracidade de todas as informações

Documento obrigatório para declarar o uso ou não uso de ferramentas de inteligência artificial na elaboração do trabalho, promovendo transparência e uso ético dessas tecnologias.

Atenção: A instituição só aceita o uso das ferramentas de IA(G) como complemento ético e responsável no processo de pesquisa e de elaboração do TCC, jamais como substituta do devido trabalho de pesquisa e de escrita pelo estudante.

- (i) Se não usou, apenas sinalize na declaração próprio que não fez uso.
- (ii) Mas caso tenha feito uso, essas são as situações aceitáveis em nossa instituição:
 - Revisão textual, correção gramatical e clareza textual, solicitando a IA(G) explicitamente no comando que mantenha seu estilo;
 - Sugestões de melhorias na estrutura textual e melhor organização lógica do texto;
 - Apoio ao processo de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial, normativa e doutrinária – sempre checando, em fontes confiáveis do Direito, se as informações geradas são verdadeiras;
 - Para ajudar na compreensão de conceitos, dados, legislação, julgados, jurisprudência e aplicação;
 - Verificação e elaboração de referências bibliográficas dentro das normas da NBR 6023/2018 atualizada;
 - Ideias para desenvolvimento de análises (sem substituir o raciocínio próprio, mas o complementando).
 - Transcrição de áudios e tradução de textos

- Consultar orientador(a) em casos de dúvida ou em outro uso ético e responsável

No caso de uso, ético e responsável com o processo de pesquisa e de escrita, o(a) orientando(a) declara que (a) se mantém como autor(a) e responsável integral pelo conteúdo apresentado no TCC e que após o uso das ferramentas, verificou todas as informações quanto à sua veracidade.

Modelo de declaração de uso de inteligência artificial (generativa)

Ver template oficial atualizado da FUPAC-Mariana

LEITURA RECOMENDADA

Para nos apoiar quanto ao uso de IAG no TCC, seguimos as **Diretrizes para uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores** (<https://prpg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2025/01/livro-diretrizes-ia-1.pdf>) e o **Guia para uso de IA Generativa do SENAI CIMATEC** (<https://www.universidadesenaicimatec.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/GUIA-DE-IA-NA-EDUCACAO.pdf>)

3. ELEMENTOS TEXTUAIS

Os elementos textuais constituem o corpo principal do artigo, onde se desenvolve o conteúdo científico. Na FUPAC-Mariana, **não utilizamos sumário nem abstract**. A estrutura textual inicia-se diretamente com o título, autores e coautores, resumo em português e palavras-chave.

- © O **título** deve ser descritivo da delimitação ou problemática escolhida para o trabalho.

Atenção: Adotamos a escrita na 3ª pessoa do singular em todo o trabalho: desta forma, empregue: obteve-se, entende-se, argumenta-se, infere-se, foram observados, foram identificados...

3.1 Resumo e palavras-chave

O resumo é uma apresentação concisa dos pontos mais relevantes do trabalho. Deve destacar tema, objetivo geral, método ou metodologia de pesquisa e conclusão geral do estudo. (deve ser feito ao final, depois que concluir o texto, pois aí terá percepção do trabalho como um todo e da conclusão geral.

- **Palavras-chave:** entre 3 e 5 palavras ou expressões, separadas por ponto e vírgula ou por ponto final entre si.

Exemplo de Resumo

RESUMO

Este artigo analisa a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana no sistema penitenciário brasileiro, investigando as condições carcerárias e sua conformidade com os direitos fundamentais. O objetivo geral consiste em avaliar como as condições atuais do sistema prisional brasileiro violam o princípio constitucional da dignidade humana. A metodologia empregada foi a pesquisa empírica de análise documental, com análise de legislação, jurisprudência, dados oficiais da pesquisa sobre o perfil dos presos no Brasil e relatórios oficiais sobre o sistema penitenciário. Os resultados demonstram que existe uma clara dissonância entre os preceitos constitucionais e a realidade carcerária, evidenciada pela superlotação, falta de assistência médica adequada, condições insalubres e ausência de programas efetivos de ressocialização. Concluiu-se que o Estado brasileiro falha sistematicamente no cumprimento de sua obrigação de garantir condições dignas aos apenados, configurando uma situação que demanda reformas urgentes na estrutura e gestão do sistema penitenciário para adequação aos parâmetros constitucionais e internacionais de direitos humanos.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Sistema penitenciário; Direitos fundamentais; Condições carcerárias no Brasil; Violação de princípio constitucional.

3.2 Introdução

A introdução é o primeiro contato do leitor com o conteúdo substantivo do trabalho, por isso, deve apresentar elementos estruturantes para assim tanto esclarecer quanto servir de convite para que o leitor se interesse pela leitura do desenvolvimento.

- © Em nossa instituição é **elaborada como um texto corrido, dividido em parágrafos** e não em tópicos.
- © É comum, na área das ciências humanas e sociais, os estudantes deixarem a introdução para ser elaborada depois que terminam o desenvolvimento, pois assim, terão ciência de todos os elementos para a elaboração adequada.

Elementos estruturantes da introdução

(a ordem pode ser variável, conforme melhor convenha ao autor do tcc)

1. **Delimitação do tema (ou da problemática):** contextualização clara tema ou problemática e do recorte de pesquisa

2. **Justificativa:** relevância, contribuição ou motivação científica, social ou jurídica do estudo
3. **Problema de pesquisa:** a questão geral que representa a problemática investigada por completo ou as 03 ou 04 questões norteadoras que orientam a investigação
4. **Objetivos:** geral e específicos, claros e alcançados
5. **Metodologia:** breve descrição do tipo de pesquisa e instrumentos empregados na pesquisa
6. **Marco teórico:** principais autores, leis e teorias que fundamentam o trabalho
7. **Estrutura do artigo:** Outline com descrição do que será tratado em cada seção do desenvolvimento especialmente (fundamentação teórica e parte prática – caso tenha)

Exemplo de introdução

(o nome do elemento foi deixado para compreensão, mas apenas o texto deve aparecer no trabalho. Em alguns elementos foram mencionadas apenas partes do parágrafo, para dar se dar a ideia desejada)

INTRODUÇÃO

[Delimitação do tema] O sistema penitenciário brasileiro enfrenta uma crise estrutural que compromete fundamentalmente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Esta situação tem se agravado nas últimas décadas, evidenciando a necessidade urgente de análise jurídica aprofundada sobre a conformidade das práticas carcerárias com os preceitos constitucionais **[continua por mais 02 parágrafos]**.

[Justificativa] A pesquisa justifica-se pela crescente preocupação da sociedade e do Poder Judiciário com as condições desumanas observadas nos presídios brasileiros, que não apenas violam direitos fundamentais, mas também comprometem a eficácia da função ressocializadora da pena **[continua por mais 01 parágrafo]**.

[Problema de pesquisa] Diante deste contexto, surgem as seguintes questões: De que maneira as condições atuais do sistema penitenciário brasileiro violam o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal? Quais aspectos estruturais e administrativos do sistema prisional contribuem para a persistência de violações aos direitos fundamentais dos apenados? Como a análise da legislação, jurisprudência e dados empíricos evidencia a desconformidade entre a realidade carcerária e os parâmetros constitucionais e internacionais de direitos humanos?

[Objetivos] O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar de que forma as condições atuais do sistema penitenciário brasileiro violam o princípio

constitucional da dignidade da pessoa humana, à luz da legislação nacional, da jurisprudência e dos parâmetros internacionais de direitos humanos. E como objetivos específicos, pretende-se: investigar as principais violações de direitos fundamentais observadas nas unidades prisionais brasileiras, com ênfase em situações de superlotação, insalubridade e ausência de assistência básica, com base na legislação e na jurisprudência; analisar como a estrutura e a gestão do sistema penitenciário contribuem para a permanência de condições incompatíveis com os preceitos constitucionais e com a função ressocializadora da pena e identificar os principais pontos de divergência entre as normas garantidoras da dignidade humana e a realidade carcerária brasileira com base nos dados de pesquisa e relatórios oficiais mais recentes.

[Metodologia] Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se pesquisa empírica de análise documental, com análise de legislação, jurisprudência, dados e relatórios oficiais **[continua]**.

[Marco teórico] O referencial teórico baseia-se principalmente nos estudos de Sobrenome (ano) sobre tal coisa, Sobrenome (ano) sobre tal coisa e Sobrenome (ano) sobre tal coisa, somados à lei (ano) e a jurisprudência tal (dados da jurisprudência), bem como os dados da pesquisa tal (ano) e do relatório tal (ano).

[Estrutura] Desta forma, o artigo organiza-se em três seções principais, além da introdução e das considerações finais, primeiro serão tratados os aspectos teóricos e jurídicos do princípio da dignidade da pessoa humana, sua consagração na Constituição Federal de 1988 e sua centralidade na proteção dos direitos fundamentais, especialmente no contexto da execução penal. Na sequência, se tratar acerca do marco legal e jurisprudencial que rege a execução penal no Brasil, abordando a Lei de Execução Penal, tratados internacionais de direitos humanos e decisões relevantes dos tribunais superiores. E, por fim, serão analisados os dados e relatórios oficiais sobre as condições das unidades prisionais, destacando situações de superlotação, insalubridade, negligência médica e ausência de políticas efetivas de ressocialização.

3.3 Fundamentação teórica

A fundamentação teórica (ou desenvolvimento – parte teórica) geralmente é a seção mais extensa do artigo (pode ser menor apenas que a parte empírica, em trabalhos que tenham análise de dados práticos), na qual se apresenta o referencial teórico, o entrelaçamento dos conceitos à problemática, a análise crítica dos conceitos e construção da argumentação jurídico-científica.

ESTRUTURA DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção deve ter **no mínimo 2 tópicos principais** com suas respectivas subdivisões (se convier). O ideal é não utilizar a expressão "Fundamentação Teórica" como título, e sim criar um título temático para seção que remeta a discussão teórica específica ao seu trabalho.

Nesta parte do trabalho, podem ser usados: livros e capítulos de livros, artigos científicos de fonte segura, ensaios, dissertações (mestrado), teses (doutorado e pós-doutorado), monografias (com boa qualidade).

Além destas fontes típicas de bibliografia, especialmente no Direito, pode-se usar o apoio documental com:

Documentos normativos:

- Constituição
- Leis complementares
- Leis ordinárias
- Decretos
- Portarias
- Resoluções
- Códigos

Jurisprudenciais:

- Acórdãos
- Súmulas
- Súmulas vinculantes
- Decisões monocráticas
- Repercussão geral
- Recursos repetitivos

Checklist para fundamentação teórica

- Construção de um texto autoral no qual você trace um diálogo produtivo com diferentes autores que sejam relevantes para sua delimitação e problematização
- Definição clara dos termos centrais, com as devidas citações
- Citações corretas e variadas (diretas e indiretas, seguindo a NBR 10520/2023) – muita atenção ao apud (citação de citação, só use quando muito necessário, prefira as fontes originais que as de segunda mão)
- Análise dos textos dos autores, legislação e doutrinas citados
- Entrelaçamento do conteúdo das citações com o problema de pesquisa

- Uso de fontes atualizadas, credenciadas (fontes confiáveis) e reconhecidas
- Progressão lógica entre os tópicos
- Para todo texto citado, a referência bibliográfica correta deve ser disposta ao final, na seção específica.
- Paráfrases bem feitas para evitar distorcer a ideia do autor usado.

Atenção ao parafrasear os autores: suponhamos o exemplo deste teor de texto hipotético:

- **Exemplo de texto a ser citado diretamente: Citação direta (original)** - "A situação das penitenciárias no Brasil é, em geral, absolutamente caótica. A superlotação, a promiscuidade, a ociosidade, a violência e a falta de condições mínimas para a recuperação do preso demonstram o fracasso do sistema (Nucci, 2018, p. 17)."
- **Exemplo de paráfrase bem feita para uma citação indireta:** Guilherme Nucci considera o sistema prisional brasileiro caótico, marcado por superlotação, violência, falta de atividades e de condições básicas para a recuperação dos detentos, evidenciando, segundo o autor, o fracasso do modelo atual (Nucci, 2018).

Nos dois casos, nas referências deveria entrar:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Execução penal**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018. p. 17.

- **Exemplo de paráfrase mal feita e que deve ser evitada:** Nucci aponta que o sistema carcerário brasileiro apresenta dificuldades, principalmente por não cumprir adequadamente sua função de punir os infratores (Nucci, 2018). Observe que o autor fala de um conjunto complexo de problemas, superlotação, violência, ociosidade, falta de condições mínimas e fracasso na recuperação, mas a paráfrase reduz tudo a uma vaga "dificuldade", e mais, há uma nítida mudança de foco: a ênfase do autor está na falência da ressocialização, não na punição. Dizer que o sistema "não cumpre adequadamente sua função de punir" desvia do sentido original e pode até soar como uma crítica inversa à intenção do autor.

Exemplo de estrutura da fundamentação teórica:

2. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

2.1. A dignidade humana na Constituição Federal de 1988

2.2. A dignidade da pessoa humana como vetor interpretativo dos direitos fundamentais

3. A LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI Nº 7.210/1984) E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DOS APENADOS

3.1. A função ressocializadora da pena no ordenamento jurídico

3.2. Tratados internacionais ratificados pelo Brasil como garantia mínima de dignidade

4. ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL E VIOLAÇÕES À DIGNIDADE HUMANA

4.1. Superlotação carcerária como violação estrutural de direitos fundamentais:

4.2. Condições materiais degradantes: insalubridade, violência e ausência de assistência

4.3 Incompatibilidade entre o ordenamento jurídico e a realidade prisional

3.4 Parte empírica (cabível em trabalhos cujo foco da análise esteja em):

- Análise de julgados
- Análise de jurisprudências
- Análise de processos
- Análise documental
- Estudo de caso
- Análise de dados

A metodologia descreve os procedimentos científicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa.

TIPO DE PESQUISA	CARACTERÍSTICAS	ELEMENTOS A DESCREVER NO TCC
Análise de julgados	Foco na interpretação de decisões judiciais individuais (caso concreto); análise crítica do conteúdo.	© Seleção e justificativa dos julgados © Critérios de análise © Discussão e implicações
Análise de jurisprudências	Avaliação de decisões reiteradas sobre determinado tema; busca por padrões.	© Delimitação temática e temporal © Critérios de seleção adotado © Tendências e variações
Análise de processos	Estudo empírico de processos judiciais reais (1 ou mais); pode envolver	© Levantamento dos processos ou do processo Etapas do processo analisadas

	estatísticas e aspectos formais.	© Observações e inferências
Análise documental	Exame sistemático de documentos (estatutos, pareceres, registros, fotografias, reportagens etc.).	© Tipo e origem dos documentos © Técnica de análise (por exemplo, análise de conteúdo ou análise de discurso) © Resultados e implicações
Estudo de caso jurídico	Investigação profunda de um caso jurídico único e relevante; abordagem qualitativa.	© Apresentação detalhada do caso © Métodos de coleta dos dados (por exemplo, entrevistas, questionários, documentos, observação em campo) © Discussão crítica Em caso de entrevistas, questionários e observação, para preservar a identidade dos participantes, utilize códigos como: • Entrevistado 1, Entrevistado 2... (para entrevistas) • Respondente A, Respondente B... (para questionários) • Participante P1, P2... (para observações) Aspectos éticos: • Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) • Preservação da identidade dos participantes • Autorização para gravação de áudio/vídeo • Direito de desistência dos participantes
Análise de dados jurídicos	Uso de estatísticas, banco de dados judiciais (CNJ, DEPEN e INFOPEN, DATASUS, DATAPREV, por	© Fonte e natureza dos dados © Técnicas de análise (estatística, cruzamento)

	exemplo) ou administrativos; pode ser quantitativa ou mista.	© Interpretação à luz da teoria
--	--	---------------------------------

Na parte empírica, indique claramente a fonte de todos os dados empregados no trabalho, como foram obtidos e evite:

EVITAR NA ANÁLISE

- Senso comum e achismos
- Posicionamentos partidários
- Conclusões não fundamentadas em evidências
- Generalização excessiva a partir de dados limitados
- Ignorar a fundamentação teórica e seus pressupostos para analisar os dados

3.5 Considerações finais

As considerações finais apresentam a síntese dos principais achados da pesquisa e respondem aos objetivos inicialmente propostos e/ou às questões de pesquisa.

Elementos das considerações finais

- Retomada do problema de pesquisa
- Resposta aos objetivos propostos
- Síntese dos principais achados
- Contribuições do estudo (se cabível)
- Sugestões para pesquisas futuras (se cabível)
- Reflexões finais sobre o tema

4. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

4.1 Referências

As referências listam todas as fontes efetivamente citadas no trabalho, seguindo rigorosamente as normas da ABNT NBR 6023/2018 e atualizações.

REGRAS IMPORTANTES

- Incluir **apenas** as obras efetivamente citadas no texto
- Ordem alfabética por sobrenome do autor

- Alinhamento à margem esquerda
- Espaço simples dentro da referência, duplo entre referências
- Usar ferramentas de apoio para formatação correta

FERRAMENTAS RECOMENDADAS

Para garantir a formatação correta das referências, utilize os modelos que estão mais adiante neste manual, no item 7. ou use uma destas ferramentas, mas sempre confira depois nos modelos se estão corretas:

- <http://www.more.ufsc.br/>
- <https://www.mybib.com/pt/ferramentas/gerador-referencias-abnt>
- <http://www.referenciabibliografica.net/>
- <http://www.menthor.co/>
- Ou **inteligência artificial generativa** que consiga fazer seguindo a NBR 6023/2018 e suas atualizações.

4.2 Apêndices

Apêndices são materiais elaborados pelo próprio autor que complementam o trabalho sem prejudicar sua unidade. São identificados por letras maiúsculas consecutivas.

Exemplos de Apêndices

- APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada
- APÊNDICE B – Questionário aplicado aos participantes
- APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

4.3 Anexos

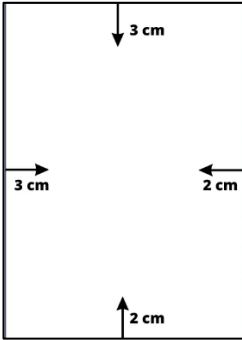
Anexos são documentos não elaborados pelo autor que servem de fundamentação, comprovação ou ilustração do trabalho.

Exemplos de Anexos

- ANEXO A - Abertura do relatório do CNJ sobre sistema penitenciário
- ANEXO B – Modelo de formulário oficial
- ANEXO C – Parecer técnico especializado

5. NORMAS DE FORMATAÇÃO FUPAC-MARIANA

A formatação padronizada garante uniformidade visual e profissional aos trabalhos acadêmicos. Todas as especificações devem ser rigorosamente seguidas.

ELEMENTO	ESPECIFICAÇÃO	DETALHES
Papel	A4 (21,0 x 29,7 cm)	Orientação retrato
Margens	Superior e esquerda: 3 cm Inferior e direita: 2 cm	Padrão ABNT 
Fonte	Arial	Tamanho 12 para texto corrente
Espaçamento	1,5 entre linhas	Texto justificado
Parágrafos	Recuo de 1,25 cm	Sem espaço entre parágrafos
ELEMENTO	ESPECIFICAÇÃO	DETALHES
Paginação	Canto superior ou inferior direito	REGRAS DE PAGINAÇÃO 1. A capa não é enumerada nem contada 2. Elementos pré-textuais são contados mas não numerados 3. A numeração deve começar a aparecer na primeira página textual (resumo e introdução)

ELEMENTO	ESPECIFICAÇÃO	DETALHES
		4. Números posicionados no canto superior ou inferior direito Usar algarismos arábicos (1, 2, 3...)

5.1 Formatação de elementos especiais

ELEMENTO	FORMATAÇÃO
Resumo	Arial 10, itálico, espaçamento simples, parágrafo único
Palavras-chave	Arial 12, normal, separadas por ponto e vírgula ou ponto final
Citação longa	Arial 10, recuo 4 cm, espaçamento simples, texto justificado, sem aspas
Notas de rodapé	Arial 10, espaçamento simples, justificado, numeração consecutiva
Legendas	Arial 10, centralizado acima (tabelas) ou abaixo (figuras)

5.2 Hierarquia de títulos

NÍVEL	FORMATAÇÃO	EXEMPLO
Título 1	Arial 12, negrito, MAIÚSCULO, numerado	INTRODUÇÃO
Título 2	Arial 12, negrito, primeira maiúscula, numerado	1.1 Delimitação do tema

NÍVEL	FORMATAÇÃO	EXEMPLO
Título 3	Arial 12, negrito, primeira maiúscula, numerado	1.1.1 Aspectos conceituais
Título 4	Arial 12, negrito, primeira maiúscula, numerado	1.1.1.1 Definições básicas¹

6. CITAÇÕES CONFORME NORMAS ABNT

As citações são fundamentais para a construção do conhecimento científico, permitindo o diálogo com outros autores e a sustentação de argumentos. Seguem algumas normas da ABNT NBR 10520/2023.

DEFINIÇÃO DE CITAÇÃO

Citação é a menção explícita no texto de informação colhida de outra fonte, para esclarecimento do assunto em discussão ou para ilustrar ou sustentar o que se afirma.

6.1 Tipos de Citação

TIPO	CARACTERÍSTICAS	FORMATAÇÃO
Direta curta	Até 3 linhas, transcrição literal	Deve ser incorporada ao texto entre aspas duplas, sempre acompanhada da indicação de página. Indicar: Autoria (ano, p.) – se antes da citação ou (Autoria, ano, p.) – se no início da citação Exemplos de citação direta curta: Autor no final: A dignidade da pessoa humana "é irrenunciável e inalienável, constituindo elemento que qualifica o

¹ Adotamos negrito em todas para facilitar, mas a ABNT tem regras diferentes para cada tipo de seção.

TIPO	CARACTERÍSTICAS	FORMATAÇÃO
		ser humano como tal" (Sarlet, 2018, p. 45). Autor no início: Segundo Sarlet (2018, p. 45), a dignidade da pessoa humana "é irrenunciável e inalienável, constituindo elemento que qualifica o ser humano como tal". ATENÇÃO ESPECIAL • Sempre indicar a página exata da citação • Manter fidelidade absoluta ao texto original • Usar [...] para indicar supressões • Usar [sic] para erros no original • Interpolações em colchetes [explicação]
Direta longa	4 ou mais linhas, transcrição literal	Recuo 4 cm, sem aspas, fonte 10, alinhamento justificado Indicar: Autoria (ano, p.) – se antes da citação ou (Autoria, ano, p.) – sem caixa alta Para citações com quatro ou mais linhas, utiliza-se formatação destacada com recuo e fonte menor. Exemplo de citação direta longa: O sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios estruturais que comprometem sua função ressocializadora. Harvey (2009, p. 112) acrescenta a essa problemática mais um fator relevante:

TIPO	CARACTERÍSTICAS	FORMATAÇÃO
		[...] enquanto abre uma perspectiva radical mediante o reconhecimento da autenticidade de outras vozes, o pensamento pós-moderno veda imediatamente essas outras vozes o acesso a fontes mais universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. A retórica da alteridade, da diferença e da desconstrução pode funcionar de modo a impedir a formulação de projetos alternativos. Esta perspectiva evidencia a complexidade dos desafios enfrentados na busca por soluções efetivas para o sistema carcerário.
Indireta	Paráfrase das ideias do autor	Sem aspas, indica autor e ano Exemplo de citação indireta: Demo (2000) argumenta que a pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais. Ou A pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais (Demo, 2000).
Estudo de múltiplos autores:	Estudos recentes (Silva, 2018; Santos, 2019; Oliveira, 2020) confirmam a eficácia dos métodos alternativos de resolução de conflitos.	Estudos recentes confirmam a eficácia dos métodos alternativos de resolução de conflitos (Silva, 2018; Santos, 2019; Oliveira, 2020).

TIPO	CARACTERÍSTICAS	FORMATAÇÃO
Citação de citação	Utilizada quando se cita um autor através de outro autor. Deve ser evitada sempre que possível, dando-se preferência à consulta da fonte original.	Usar "<i>apud</i>" entre os autores Autoria (ano) <i>apud</i> Autoria (ano, p.) – 2º autor é quem citou o 1º Direta: Conforme observou Rudolf von Jhering (1999) (<i>apud</i> Ferraz Junior, 2003, p. 134), "o fim do Direito é a paz, o meio de alcançá-la, a luta" ressaltando a dimensão conflitiva e dinâmica da ordem jurídica, mesmo em sua busca pela estabilidade social. No caso da indireta, não haveria aspas e página, pois seria uma paráfrase da ideia do autor e não suas palavras. Demais elementos seriam iguais. REGRA IMPORTANTE Nas referências, inclua apenas a obra consultada (Ferraz Junior, 2003), não a obra citada Rudolf von Jhering (1999).

6.2 Situações especiais

SITUAÇÃO	FORMATO	EXEMPLO
Autor desconhecido	Primeira palavra do título	(BIBLIOTECA..., 2020)
Obra sem data	[Data provável]	(Azevedo, [19--])
Mesmo autor, mesmo ano	Letras minúsculas	(Silva, 2020a) (Silva, 2020b)

SITUAÇÃO	FORMATO	EXEMPLO
Comunicação pessoal	Apenas no texto	(João Silva, comunicação pessoal, 2024)
Tradução nossa	Ao final da citação	(tradução nossa)
Destaque para algum elemento da citação	negrito	(grifos nossos)

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (o essencial)

As referências bibliográficas seguem a norma ABNT NBR 6023/2018 e suas atualizações e devem incluir apenas as obras efetivamente citadas no texto. A formatação correta é essencial para a credibilidade acadêmica do trabalho.

7.1 Elementos Essenciais

ESTRUTURA BÁSICA

AUTOR. **Título**. Edição. Local: Editora, ano.

7.1.1 Livros

Um autor:

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

Dois autores:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Três autores:

NUCCI, Guilherme de Souza; MIRABETE, Júlio Fabbrini; ESTEFAM, André. **Execução penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Mais de três autores:

CAPEZ, Fernando et al. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

(também se pode fazer a referenciação de todos os autores, caso prefira, semelhante ao de três autores – essa possibilidade veio com a NBR 6023/2018 e atualizações)

7.1.2 Capítulos de livros

Mesmo autor do capítulo e livro:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. In: BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 5-35.

Autor do capítulo diferente do livro:

SILVA, José Afonso da. O princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020. p. 45-70.

7.1.3 Artigos de periódicos

Artigo impresso:

SILVA, José Afonso da. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 165, p. 5-18, jan./mar. 2005.

Artigo online:

MARCO, Ilton. Administração pública e Constituição: fundamentos jurídicos da atuação administrativa. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 1, n. 19, p. 77-96, 2017. Disponível em: <https://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/download/95/94>. Acesso em: 9 maio. 2025.

7.1.4 Trabalhos Acadêmicos

TCC:

SANTOS, Mariana Oliveira dos. **A dignidade da pessoa humana e o sistema penitenciário brasileiro**: uma análise à luz da Constituição Federal de 1988. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

Dissertação:

SILVA, Maria da Conceição. **Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro**. Orientadora: Ana Paula Santos. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

Tese:

OLIVEIRA, João Carlos de. **A efetividade dos direitos fundamentais no ambiente carcerário**. Orientador: Pedro Silva. 2019. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

7.1.5 Legislação

Constituição:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 1 jan. 2024.

Lei federal:

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm . Acesso em: 15 mar. 2024.

Decreto:

BRASIL. **Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007**. Altera o Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a tributação do IPI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, v. 144, n. 136, p. 1-2, 17 jul. 2007.

7.1.6 Jurisprudência

STF:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n.473**. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Data de aprovação: 3 dez. 1969. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/procuradoria/files/2009/07/sumula-473-stf.pdf>.
Acesso em: 9 maio 2025.

STJ:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.234.567/SP**. Relator: Ministro João Silva. Brasília, DF, 15 de maio de 2020. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 20 maio 2020.

7.1.7 Documentos Eletrônicos

Site institucional:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório sobre população carcerária. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/relatorios>. Acesso em: 10 jan. 2024.

8. PREVENÇÃO DE PLÁGIO

O plágio constitui grave violação da ética acadêmica e pode resultar em sanções acadêmicas. Este capítulo orienta sobre identificação, prevenção e uso correto de fontes para garantir a integridade do trabalho científico.

8.1 Definição e tipos de plágio

O QUE É PLÁGIO?

Plágio é a apropriação não autorizada de ideias, textos, imagens ou qualquer produção intelectual de terceiros, apresentando-a como própria, sem a devida atribuição ao autor original.

TIPO DE PLÁGIO	DESCRIÇÃO	COMO EVITAR
Plágio direto	Cópia literal de textos ou trechos de textos sem aspas ou referência	Usar citação direta com aspas ou parágrafos recuado próprio, dados da citação e referência completa da obra ao final, dando os devidos créditos à autoria do texto.

TIPO DE PLÁGIO	DESCRIÇÃO	COMO EVITAR
Plágio indireto	Paráfrase de ideias de textos lidos sem crédito ao autor	Usar citação indireta e dados da citação, mais referência completa da obra ao final.
Mosaico de citações	Texto formado por várias citações sem conteúdo significativo do autor do TCC entre a maioria delas. (ou seja, citações sem introdução à questão, análise ou discussão própria)	Equilibrar citações com texto autoral
Conluio	Apresentar trabalho feito por terceiros	Desenvolver o trabalho pessoalmente com orientação. Ter alguém ajudando, coorientando é aceitável, mas não alguém fazendo todo o trabalho pelo(a) orientando(a)
Autoplágio	Reutilizar trabalhos próprios sem citação	Citar trabalhos anteriores próprios adequadamente – releva-se esse tipo de plágio no TCC de nossa instituição, mas se possível, faça a citação correta de textos anteriores.
	Checklist de prevenção de plágio	• Sempre citar a fonte de ideias que não são suas • Usar aspas para todas as citações diretas ou parágrafo recuado próprio para a citação direta longa • Incluir número da página nas citações diretas

TIPO DE PLÁGIO	DESCRIÇÃO	COMO EVITAR
		• Parafrasear adequadamente, não apenas trocar palavras • Verificar se todas as referências estão completas • Conferir correspondência entre citações e referências • Equilibrar citações com análise própria • Utilizar ferramentas de detecção de plágio

9. FONTES CREDENCIADAS

A utilização de fontes credenciadas é fundamental para a qualidade acadêmica e prevenção de problemas relacionados à veracidade das informações.

CATEGORIA	EXEMPLOS	ACESSO
Livros Acadêmicos	Obras registradas com ISBN	Bibliotecas físicas e digitais (temos um excelente e atualizada biblioteca digital na FUPAC-Mariana).
Google Acadêmico	Artigos científicos revisados	https://scholar.google.com.br
Portal CAPES	Periódicos científicos	Portal de Periódicos CAPES https://www.periodicos.capes.gov.br/
Repositórios	Teses e dissertações	BDTD, repositórios institucionais https://bdtd.ibict.br/vufind/

CATEGORIA	EXEMPLOS	ACESSO
Revistas Especializadas	Publicações da área jurídica	Portais das editoras científicas Temos Revistas do Direito, como a Revista dos Tribunais em nossa biblioteca digital – entre pelo site da faculdade

FONTES NÃO RECOMENDADAS

- Wikipédia (exceto como ponto de partida para outras fontes)
- Blogs pessoais sem autoridade acadêmica
- Sites sem identificação de autoria
- Redes sociais como fonte primária
- Trabalhos acadêmicos de graduação (TCCs) como referência principal

10. FERRAMENTAS DE DETECÇÃO DE PLÁGIO

FERRAMENTA	TIPO	CARACTERÍSTICAS
Plagius	Gratuito e pago	Detector com interface simples A versão pro (paga) é a empregada pela FUPAC-Mariana https://www.plagius.com/br
CopySpider	Gratuito	https://copyspider.com.br Caso queira dar um olhada em seu TCC antes da análise, recomendamos essa ferramenta gratuita, pode dar um boa ideia do resultado.
Em ambos os softwares		Deve existir a análise humana para verificar se as ocorrências procedem ou são apenas citações feitas corretamente no texto do(a) orientando(a), neste caso, não configuram plágio, daí a importância das citações bem feitas e a fuga do plágio mosaico de citações.

